

# Deputados pressionam por menos exceções no arcabouço e mais sanções

— Relator, às vésperas de apresentar texto, relata pedidos para que insira medidas mais duras de controle de gastos em caso de descumprimento de metas pelo governo

.....  
**MARIANA CARNEIRO**  
BRASÍLIA

Às vésperas de apresentar na Câmara o relatório do arcabouço fiscal – a nova regra de controle das contas públicas –, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) vem sendo pressionado por parlamentares a endurecer o texto elaborado pelo Ministério da Fazenda. Pedem que inclua sanções e gatilhos para cortar despesas em caso de descumprimento da meta. A apresentação do texto, cogitada para hoje, deve ficar para a próxima semana.

Nos últimos dias, Cajado se reuniu com representantes de nove bancadas partidárias, que respondem por 403 deputados. À exceção do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do PSB, o relator diz ter ouvido pedidos para que o texto tenha mais medidas de controle de gastos caso o governo não alcance as metas para as contas públicas.

Entre as medidas propostas pelos parlamentares para o caso de estouro nas despesas, está a proibição de aumento acima da inflação a servidores, de abrir novos concursos públicos e de oferecer benefícios fiscais.

Pela proposta da Fazenda, caso o governo descumpra a meta fiscal, em vez de as despesas poderem crescer 70% da variação da receita, poderão aumentar 50%. Para os deputados, esse gatilho é insuficiente. Isso porque o texto da equipe econômica não discrimina quais medidas o governo tem de tomar para conter os gastos. O pedido é por sanções mais duras e mais claras.

Outra demanda é a de que, na execução do Orçamento, o governo deixe claro que chegará ao objetivo via contingenciamentos (bloqueios) de despesas. Pelo texto da Fazenda, po-

rém, os contingenciamentos deixam de ser obrigatórios.

Uma versão preliminar circulou entre técnicos do governo no fim de semana. Por ela, se tem a pista de que Cajado também deve mexer na lista de 13 exceções à regra de controle de gastos do arcabouço. Em reunião ontem, parlamentares do PSB indicaram o interesse de incluir o FNDCT, fundo controlado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, na lista de exceções, mas não receberam sinal positivo de Cajado.

Em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo,

Cajado ouviu de deputados preocupações sobre o desejo do governo de arrecadar mais e pouco estímulo para o corte de gastos. “Não vejo absolutamente nenhum movimento de encurtar, cortar”, disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

O PT ainda tenta influenciar o relator. “Venho pedindo diariamente ao Cajado que não torne o texto mais rígido do que já é, mas ele evita responder”, diz que o texto não está pronto”, afirmou o líder, Zeca Dirceu (PT-PR). ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1